

ATA N.º 11/ 2018

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas dez horas, decorreu no Solar dos Condes Vinhais, em Vinhais, a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos Municípios integrantes, conforme refere o artigo n.º 14 dos Estatutos, com a presença de:.....

PRESIDENTE	Artur Manuel Rodrigues Nunes	Miranda do Douro
VICE-PRESIDENTE	Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	Mirandela
MEMBROS	Hernâni Dinis Venâncio Dias	Bragança
	Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues	Macedo de Cavaleiros
	Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães	Mogadouro
	Fernando Francisco Teixeira de Barros	Vila Flor
	Luís dos Santos Fernandes	Vinhais

SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL:

Primeiro Secretário: Rui Afonso Cepeda Caseiro;

Secretários: Manuel António Alves Miranda, Maria Manuela Dias de Oliveira.....

.....

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:

A Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e também Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Berta Ferreira Milheiro Nunes, e o Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, António Jorge Fidalgo Martins, fizeram-se substituir pelos Vice-Presidentes, Eduardo Manuel Dobrões Tavares e António dos Santos João Vaz, respetivamente

O Presidente da Câmara Municipal de Vinhais deu as boas vindas a todos os presentes e posteriormente o Presidente do Conselho Intermunicipal deu início à reunião lendo a ordem de trabalhos seguinte, que colocou à consideração dos presentes, a qual foi aprovada por unanimidade.....

.....

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.....

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

2.1. Aprovação da ata da reunião anterior.

2.2. Informação sobre atividades da CIM-TTM.

2.3. Apresentação do “Estudo de Caracterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação no âmbito do Projeto Trás-os-Montes Natura”–Ecocensus.

2.4. Apresentação da Plataforma Regional de Promoção do Espírito Empresarial- JAPG.

2.5. Revisão ao Orçamento de 2018.

2.6. Indicação do representante da CIM no Conselho de Administração da ULSNE.

2.7. Projeto POCTEP – FRONTUR – Inventário e Mapa turístico de Zamora/Trás-os-Montes.

Abertura de procedimento e aprovação das peças de contratação – Projeto de Decisão

2.8. Projeto POCTEP – FRONTUR - Abertura de Procedimento para a elaboração do “Manual de Boas Práticas do Castanheiro”.

2.9. Operação Qualificação das TTM - Abertura de Procedimento para a elaboração da “Avaliação do Potencial de Mercado para as raças de ovinos, caprinos e suínos das Terras de Trás-os-Montes”.

- 2.10. Operação Trás-os-Montes Natura – Abertura de procedimento para o “Desenvolvimento de Uma Aplicação para Smartphone de interpretação de Trilhos Pedestres para o projeto “Trás-os-Montes Natura”.
- 2.11. Operação Trás-os-Montes Natura – Abertura de procedimento para a “Prestação de Serviços para Elaboração do Plano de Comunicação do Projeto “Trás-os-Montes Natura”.
- 2.12. Aquisição de Software para a implementação de uma plataforma de transporte público – Projeto de Decisão.
- 2.13. Abertura de Procedimento para aquisição de serviços para a “Elaboração e submissão de Candidatura ao Aviso NORTE 62-2018-34–Formação”.
- 2.14. Liberação da Caução – Empresa Latino.
- 2.15. Mobilidade da Técnica Superior de Comunicação Sónia Lavrador – Consolidação.
- 2.16. Pacto - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local – Alteração ao mapeamento.
-

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1. REUNIÃO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou sobre as principais conclusões da reunião mantida com o Secretário de Estado da Energia. Disse que foi transmitido que durante o mês de dezembro a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos se iria pronunciar sobre as questões levantadas relativamente às propostas de divisão territorial das novas concessões para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão e respetivo concurso. Afirmou também que o Secretário de Estado defende uma visão integrada da rede, que passa pela criação de comunidades de energia que farão a interligação entre a oferta e procura, prevalecendo a



ideia de estipular um tarifário nacional único. Referiu ainda que a Secretaria de Estado vai solicitar uma avaliação ao Estudo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

O Presidente do Conselho Intermunicipal salientou outros assuntos abordados durante a reunião como as compensações aos municípios que na sua área têm barragens e ou mini-hídricas, referindo um plano de apoio para o efeito e também o alargamento do projeto “Botija de Gás Solidária” a todos os municípios.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.

1.2. BALCÕES MÓVEIS

O Primeiro Secretário efetuou um ponto de situação relativamente ao projeto “Balcões Móveis”, disse que no final de fevereiro deverão estar todas as condições reunidas para o projeto arrancar. Referiu também que, nesta fase, era necessário que os municípios definissem os técnicos afetos ao projeto de modo a calendarizar e iniciar o processo formativo, acrescentou que irá ser enviada aos municípios esta solicitação de modo a que a formação possa ter início durante o mês de janeiro.

Por outro lado, informou que a Ministra da Modernização Administrativa mostrou disponibilidade para estar presente na apresentação pública deste projeto e continuo dizendo que já tinha sido dirigido convite à governante, estando o agendamento da apresentação dependente da disponibilidade desta.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.

1.3. SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SAAC) “INTERNACIONALIZAÇÃO”

O Primeiro Secretário informou que tal como é do conhecimento de todos no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas – internacionalização- e após as ações de Benchmarking realizadas aos clusters agroindustriais nacionais e à Feira Agroalimentar SIAL, em Paris, está prevista a realização de uma visita ao projeto “Tierra de Sabores”, ao Centro Tecnológico Cartif e Vitartis em Valladolid, Espanha, durante o mês de janeiro. Neste sentido, disse que o número de participantes deveria rondar os trinta, trinta e cinco e que deveriam estar representados os municípios e também pessoas ligadas à área da produção, salientando que os municípios deveriam indicar os participantes nesta ação.

Ainda neste âmbito deu conhecimento de que estão previstos quatro encontros temáticos, que se vão debruçar sobre os setores/produtos passíveis de serem internacionalizados como: o azeite e o vinho, carnes e enchidos, queijos, mel e frutos secos e turismo. Disse ainda que se prevê que estas ações tenham lugar nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Bragança.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor usou da palavra para solicitar informações sobre o plano de promoção dos produtos endógenos. O Primeiro Secretário referiu que foi contratado um estudo para avaliar a capacidade de internacionalização do turismo e dos produtos endógenos do território, dizendo que o objetivo do estudo é indicar uma estratégia para o futuro.

A Presidente da Câmara Municipal de Mirandela ressaltou que mais importante do que os estudos ou diagnósticos é a definição de uma estratégia comum, intermunicipal, que contribua para o desenvolvimento do território como um todo.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor disse concordar com a Presidente da Câmara de Mirandela, reforçando a necessidade de construção de uma estratégia comum que abrange as especificidades de todo o território.

O Presidente do Conselho Intermunicipal interveio para referir que foi negociado e firmado um PACTO no anterior mandato e é de acordo com os projetos e estratégia vertida nesse documento que se está a trabalhar.

Disse também que é altura de olhar para o futuro e prosseguiu afirmando que o que está firmado, está firmado e que na renegociação do Portugal 2020 há que encontrar um caminho de entendimento relativamente à distribuição de fundos.

O Presidente da Câmara Municipal de Bragança reforçou que atualmente há projetos que já estão aprovados e em execução e que estes não devem ser colocados em causa. No que toca à distribuição de fundos afiançou que vai requerer que o Conselho Intermunicipal defina qual a fórmula de distribuição. Recordou que no último mandato o Município de Bragança e outros abdicaram de verbas a favor de outros municípios, uma questão relacionada com o princípio de solidariedade que existiu no seio deste órgão. No entanto, ressaltou que esta posição deverá ser revista, manifestando a sua indisponibilidade para abdicar de verbas que cabem ao município de Bragança, dizendo que só assim aceitará continuar nesta Comunidade e cumprir os compromissos financeiros para com este organismo.

O Presidente do Conselho Intermunicipal reafirmou que a questão da solidariedade na distribuição de fundos resultou de um consenso alcançado no anterior mandato, quanto ao futuro disse que deve imperar uma atitude construtiva e positiva e que haverá oportunidade de discutir e acordar a distribuição dos fundos comunitários dentro do Conselho Intermunicipal.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.

1.4- REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

O Presidente do Conselho Intermunicipal propôs a realização de uma reunião extraordinária, no início de janeiro, para debater e analisar a descentralização administrativa de competências para os municípios e os respetivos diplomas setoriais.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou realizar a referida reunião extraordinária, tendo ficado estabelecido que a reunião temática teria lugar no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, no dia quatro de janeiro às 15h30m.

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

Presente a ata da reunião anterior, a qual foi previamente distribuída a todos os membros.....

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata.

2.2 – INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES E INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA CIM-TTM.

O Secretário Intermunicipal informou das atividades desenvolvidas no período compreendido entre a última reunião e a data de hoje.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.....

2.3. APRESENTAÇÃO DO “ESTUDO DE CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA DOS TRILHOS E PONTOS DE OBSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO TRÁS-OS-MONTES NATURA”–ECOCENSUS.

Esteve presente Duarte Mendes da Econcensus para fazer a apresentação do “Estudo de Caracterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação no âmbito do projeto Trás-os-Montes Natura”. Nesta altura explicou que o trabalho desenvolvido permitiu a identificação e



caracterização de nove trilhos no território, identificativos de cada um dos concelhos que integra a CIM-TTM no que diz respeito à componente ambiental.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.

2.4. APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA REGIONAL DE PROMOÇÃO DO ESPÍRITO EMPRESARIAL- JAPG.

Estiveram presentes os Engenheiros Leandro e David da JAGP para efetuar um ponto de situação relativo à Plataforma Regional de Promoção do Espírito Empresarial. Na altura referiram que o processo estava a evoluir, tendo sido introduzidos os dados enviados pelos municípios. Foi referenciado que ainda estavam em falta os dados relativos a Miranda do Douro e Vinhais e que era necessário dar início ao processo de indicação e respetiva formação dos colaboradores que em cada município ficarão responsáveis pela gestão da plataforma.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.

2.5. REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2018.

Presente para aprovação segunda Revisão ao Orçamento e PPI 2018-2021, sintetizada no quadro abaixo:

1 - ORÇAMENTO ACTUAL	5 121 735,10 €
2 - Saldo Gerência 2017	0,00 €
3 - AJUSTAMENTOS	
RECEITA	
Diminuição	1 325 569,55 €
DESPESA	
Diminuição	1 325 569,55 €
4 - ORÇAMENTO CORRIGIDO	3 796 165,55 €



A revisão em “baixa” foi justificada pelo facto de se ter verificado uma alteração profunda do decreto Lei n. º18/2008, de 29 /01 que aprovou o código da contratação pública e pelo atraso verificado no início previsto para as operações no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o conselho Intermunicipal deliberou aprovar a revisão ao Orçamento e PPI 2018-2021 proposta.

Mais deliberou que esta fosse submetida à Assembleia Intermunicipal para aprovação.

2.6. INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CIM NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ULSNE.

Nos termos do disposto no artigo n.º6 dos Estatutos das Unidades Locais de Saúde, E.P.E., constantes do Anexo III ao Decreto-Lei n.º18/2017 de 10 de fevereiro, os Conselhos de Administração das Unidades Locais de Saúde passam a integrar um elemento proposto pelas Comunidades Intermunicipais.

Neste sentido e após deliberação relativa à definição do perfil deste elemento, tomada na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal de 25 de outubro, O Presidente do Conselho Intermunicipal questionou os elementos sobre a existência de nomes a colocar a votação.

Foram apresentados dois nomes:

A) Ângela Maria Meireles Moás Prior

B) Acácio Espírito Santo.

Seguidamente deu-se início à votação, por sufrágio secreto, verificando-se a ausência da Vice-presidente do Conselho Intermunicipal e também Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e do Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro.



DELIBERAÇÃO: Contados os votos foi aprovado por maioria, com cinco votos, o nome: B- Acácio Espírito Santo, tendo o nome: A- Ângela Maria Meireles Moás Prior obtido dois votos. Apurada a votação o Presidente da Câmara Municipal de Bragança usou da palavra para expressar satisfação pelo facto de se ter efetuado esta eleição e desta ter resultado um nome para representar a Comunidade Intermunicipal e conseqüentemente os municípios e munícipes no Conselho de Administração da ULSNE. No entanto, lamentou o facto de, apesar da ampla maioria existente no Conselho Intermunicipal, só se ter concluído este processo no dia de hoje.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor congratulou-se pela forma como decorreu todo o processo, salientando a importância de se ter definido previamente o perfil do representante da Comunidade Intermunicipal no Conselho de Administração da ULSN e de hoje, com esta eleição, se ter conseguido fechar este processo e prossegui afirmado ter sempre defendido que o nome a indicar se deveria assumir como um “Provedor do Utente”, manifestando o seu contentamento pela excelência do perfil dos candidatos propostos.

Referiu ainda que com esta eleição o Conselho Intermunicipal deu um passo positivo e importante para a defesa dos serviços de saúde e dos utentes do território e deixou votos dos maiores sucessos para o candidato eleito, expressando o desejo de que este desempenhe um bom trabalho e que assuma na plenitude a responsabilidade que este órgão lhe confiou.

2.7. PROJETO POCTEP – FRONTUR – INVENTÁRIO E MAPA TURÍSTICO DE ZAMORA/TRÁS-OS-MONTES. ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE CONTRATAÇÃO – PROJETO DE DECISÃO

Presente para aprovação projeto de decisão relativo ao procedimento, por consulta prévia, para realização de “Inventário e Conceção de Guia e Mapa Turístico Zamora/Trás-os-Montes”,

que conclui pela adjudicação à Ideias Emergentes – Produção Cultural, CRL, pelo valor de 30.800,00 Euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor do respetivo procedimento. Presente também para aprovação Minuta do Contrato.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar o projeto de decisão e a Minuta do Contrato presentes.

Mais deliberou conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para assinar o contrato.

2.8. PROJETO POCTEP – FRONTUR - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO “MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DO CASTANHEIRO”.

Presente para aprovação informação relativa à abertura de procedimento de contratação para a elaboração do “Manual de Boas Práticas do Castanheiro”.

Na altura o Primeiro Secretário informou que a elaboração deste Manual está prevista no projeto 0113_Frontur_2_E – Turismo de fronteira cooperação para a promoção dos recursos turísticos da Fronteira e que a contratação em causa consta da atividade 4, ação 1 do referido projeto, tendo em vista a produção de um documento conjunto que sirva de apoio e guia orientador das boas práticas a adotar nos soutos desde a preparação do terreno até à apanha do fruto.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a abertura de procedimento de ajuste direto para prestação de serviços de “Manual de Boas Práticas do Castanheiro” nos termos da informação presente

Mais deliberou conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para adjudicar e demais trâmites administrativo inerentes à prossecução do procedimento.

2.9. OPERAÇÃO QUALIFICAÇÃO DAS TTM - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A ELABORAÇÃO DA “AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE MERCADO PARA AS RAÇAS DE OVINOS, CAPRINOS E SUÍNOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES”

Presente para aprovação informação relativa à abertura de procedimento para a produção de “Estudo para Avaliação do Potencial de Mercado dos Ovinos, Caprinos e Suínos das Terras de Trás-os-Montes”.

O Primeiro Secretário transmitiu que este estudo encontra enquadramento no Programa Operacional Regional do Norte - Sistema de Apoio a ações coletivas (Intermunicipal), nomeadamente no aviso NORTE 53-2015-20 – Qualificação - Programa de apoio à qualificação e valorização dos produtos endógenos das Terras de Trás-os-Montes.

Disse ainda, que com esta ação se pretende analisar a realidade territorial no que diz respeito à oferta, produção e comercialização de Ovinos, Caprinos e Suínos, tendo como objetivo a definição de uma estratégia de abordagem ao mercado e consequentemente a qualificação e valorização destes produtos.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a abertura do procedimento para o “Estudo para Avaliação do Potencial de Mercado dos Ovinos, Caprinos e Suínos das Terras de Trás-os-Montes” nos termos da informação presente.

Mais deliberou delegar, no Júri, a prática de todos os atos necessários à prossecução do referido procedimento, até à adjudicação.

O Conselho Intermunicipal deliberou também conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para adjudicar e demais trâmites administrativo inerentes à prossecução do procedimento.

.....

2.10. OPERAÇÃO TRÁS-OS-MONTES NATURA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA O “DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO PARA SMARTPHONE DE INTERPRETAÇÃO DE TRILHOS PEDESTRES PARA O PROJETO “TRÁS-OS-MONTES NATURA”

Presente para aprovação informação de abertura do procedimento para “Desenvolvimento de Uma Aplicação para Smartphone de interpretação de Trilhos Pedestres para o projeto “Trás-os-Montes Natura”

O Primeiro Secretário referiu que estando em desenvolvimento a implementação de nove trilhos pedestres no âmbito do referido projeto este prevê também o desenvolvimento de uma aplicação para Smartphones que permita a interpretação destes trilhos.

Neste sentido propôs a contratação de serviços, por ajuste direto, para o Desenvolvimento desta aplicação.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a abertura do procedimento, sob a forma de consulta prévia, para o “Desenvolvimento de Uma Aplicação para Smartphone de interpretação de Trilhos Pedestres para o projeto “Trás-os-Montes Natura” nos termos da informação presente.

Mais deliberou delegar, no Júri, a prática de todos os atos necessários à prossecução do referido procedimento, até à adjudicação e conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para adjudicar e demais trâmites administrativos inerentes à prossecução do procedimento.

2.11. OPERAÇÃO TRÁS-OS-MONTES NATURA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO DO PROJETO “TRÁS-OS-MONTES NATURA”

AT

Presente informação de abertura de procedimento para “Prestação de Serviços para a Elaboração do Plano de Comunicação do Projeto “Trás-os-Montes Natura”.

O Primeiro Secretário explicou que este Plano de Comunicação inclui campanhas de comunicação, informação e sensibilização relativamente à proteção e conservação do património natural da região, bem como programas específicos associados à promoção e desenvolvimento de atividades de turismo de natureza.

Sendo assim, propôs, nos termos da informação presente, a contratação de serviços para elaboração do Plano de Comunicação do Projeto “Trás-os-Montes Natura”, adotando-se para tal a consulta prévia.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a abertura do procedimento, sob a forma de consulta prévia, para a “Prestação de Serviços para a Elaboração do Plano de Comunicação do Projeto “Trás-os-Montes Natura” nos termos da informação presente.

Mais deliberou delegar, no Júri, a prática de todos os atos necessários à prossecução do referido procedimento, até à adjudicação e conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para adjudicar e demais trâmites administrativos inerentes à prossecução do procedimento.

2.12. AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE TRANSPORTE PÚBLICO – PROJETO DE DECISÃO.

Presente para aprovação projeto de decisão relativo ao procedimento para “Aquisição de Software para a Implementação de uma Plataforma de Transporte Público” que conclui pela

adjudicação do procedimento ao concorrente BETWEEN DIALOGUES, LDA., pelo valor total de € 57.000,00 (cinquenta e sete mil euros) a crescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Presente também para aprovação a Minuta do Contrato.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar o projeto de decisão presente e a Minuta do Contrato.

Mais deliberou conferir poderes ao Presidente do Conselho intermunicipal para assinar o contrato.

2.13. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “ELABORAÇÃO E SUBMISSÃO DE CANDIDATURA AO AVISO NORTE 62-2018-34- FORMAÇÃO”

Presente para aprovação informação de abertura de procedimento para aquisição de serviços para a “Elaboração e submissão de candidatura ao Aviso Norte 62-2018-34- Formação”.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar abertura de procedimento para aquisição de serviços para a “Elaboração e submissão de candidatura ao Aviso Norte 62-2018-34- Formação”.

Mais deliberou conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para adjudicar e demais trâmites administrativos inerentes à prossecução do procedimento.

.....

2.14. LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO – EMPRESA LATINO

Presente para aprovação informação relativa ao assunto acima referido. O Primeiro Secretário disse que, como é do conhecimento de todos, a CIM das Terras de Trás-os-Montes adquiriu em vinte e um de janeiro de dois mil e quinze “Equipamentos de Proteção Individual de Combate a

Incêndios em Espaços Naturais” para equipar metade dos efetivos das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do âmbito territorial desta Comunidade.

Referiu ainda que o procedimento concursal era constituído por vários lotes e que foi adquirido à empresa Latino Confeções Lda., o Lote 1 – Fato de Proteção Individual (Calça e Dólmén) e o Lote 3 – Capuz de Proteção para Incêndios em Espaços Naturais (Cogula) e continuou propondo que, pelo facto de ter terminado a prestação de serviços contratada, seja liberada a caução prestada sob a forma de seguro caução, no valor de 3.308,46 Euros.

.....
DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a liberação da caução prestada pela Empresa Latino, nos termos da informação presente.

.....
2.15. MOBILIDADE DA TÉCNICA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SÓNIA LAVRADOR – CONSOLIDAÇÃO.

Presente para aprovação proposta de intenção de consolidação na da mobilidade na categoria da Técnica Superior de Comunicação: Sónia Maria Ferreirinha Lavrador, em regime de mobilidade na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes desde um de julho de dois mil e dezassete.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a Consolidação da Mobilidade na Categoria da Técnica Superior Sónia Maria Ferreirinha Lavrador.....

.....
2.16. PACTO - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ALTERAÇÃO AO MAPEAMENTO.



Presente para aprovação informação relativa à solicitação de alteração dos investimentos inscritos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes pelos Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor.

O Primeiro Secretário transmitiu que estes municípios, na qualidade de promotores de diversos investimentos incluídos na Plano de Investimentos 4.3 – “Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente, nos edifícios públicos e no setor da habitação”, solicitaram, em 11 de dezembro de 2018, via e-mail, alteração dos investimentos conforme quadro presente na reunião e que ficará arquivada na pasta anexa à pasta das Atas

Disse também que as alterações propostas não alteram as metas dos indicadores inicialmente considerados.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes solicitada pelos municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor, nos termos da informação presente.

Mais deliberou que do teor desta deliberação fosse dado conhecimento à Comissão Diretiva do Norte 2020 para aprovação.

3- OUTROS ASSUNTOS.

Não houve lugar a outros assuntos.

4 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.....

